ARTIGOS

ASPECTOS DO VER, MODOS DO HABITAR: FILOSOFIA E CIDADE EM WITTGENSTEIN

Daniel Pala Abeche[*]

[*]Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Programa de Pós-graduação em Gestão Urbana, Curitiba, PR, Brasil

Resumo

Este artigo desenvolve uma reflexão acerca da relação entre linguagem, estética e cidade com base na filosofia tardia de Ludwig Wittgenstein – em especial sua noção de "ver aspectos" – em diálogo com a concepção de pluralidade de Hannah Arendt. Defende-se que o perspectivismo estético pode constituir uma alternativa às abordagens tecnocráticas do urbano, ao sugerir que a cidade, compreendida como mediadora da linguagem, requer dos sujeitos uma disposição ativa para o reconhecimento da pluralidade como fundamento tanto político quanto estético. Nesse sentido, a cidade é concebida como obra coletiva e espaço de aparecimento, sustentada pelas noções wittgensteinianas de jogos de linguagem e formas de vida.

Palavras-chave

Cidade; Disposicionalismo; Espaço Urbano; Habitação; Teorias Urbanas; Ver Aspectos; Wittgenstein.

ARTICLES

SEEING ASPECTS, MODES OF DWELLING: PHILOSOPHY AND THE CITY IN WITTGENSTEIN

Daniel Pala Abeche[*]

[*]Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Programa de Pós-graduação em Gestão Urbana, Curitiba, PR, Brasil

Abstract

This article advances a reflection on the interplay between language, aesthetics, and the urban space, drawing upon Ludwig Wittgenstein's later philosophy—particularly his notion of "aspect-seeing"—in dialogue with Hannah Arendt's conception of plurality. It contends that aesthetic perspectivism may provide an alternative to technocratic approaches to the urban, suggesting that the city, when understood as a mediator of language, requires from its subjects an active disposition toward recognizing plurality as a political as well as aesthetic foundation. In this sense, the city is conceived as a collective work and as a space of appearance, grounded in the Wittgensteinian notions of language games and forms of life.

Keywords

Aspect-Seeing, City, Dispositionalism, Housing, Urban Theories, Urban Space, Wittgenstein.

ASPECTOS DO VER, MODOS DO HABITAR: FILOSOFIA E CIDADE EM WITTGENSTEIN

Daniel Pala Abeche

Introdução

A cidade, além de infraestrutura material ou território administrativo, constitui um espaço simbólico e experiencial, tecido por práticas, narrativas e formas de sociabilidade. Pensá-la exige ultrapassar leituras funcionais ou instrumentais, abrindo-se para sua dimensão estética e cultural. Nesse horizonte, a filosofia tardia de Ludwig Wittgenstein oferece uma chave interpretativa singular, ainda pouco explorada nos estudos urbanos.

Ao deslocar o foco da filosofia da busca por essências fixas para o uso ordinário da linguagem, Wittgenstein introduz a noção de jogos de linguagem e de formas de vida, reconhecendo a pluralidade como condição de sentido. Esse gesto confere centralidade às práticas situadas da linguagem, reconhecendo que o sentido emerge do uso. Tal postura aproxima-se da cidade, que igualmente se configura como espaço de usos compartilhados, onde significados emergem das interações sociais e culturais. Como escreve Wittgenstein em *Investigações filosóficas*: "Seguir uma regra, fazer uma comunicação, dar uma ordem, jogar uma partida de xadrez – todos estes são costumes (usos, instituições)" (1999, §199). A cidade, nesse sentido, é também um campo de regras compartilhadas que orientam a vida comum.

Para evitar ambiguidades conceituais, é necessário distinguir três níveis frequentemente mobilizados de forma indistinta: (i) cidade, (ii) urbano e (iii) ambiente urbano. A cidade pode ser compreendida como uma totalidade complexa que articula dimensões materiais, políticas e simbólicas, aproximando-se daquilo que Lefebvre (2006) entende como produção social do espaço; o urbano, por sua vez, designa uma categoria sociológica e histórica, associada a formas de vida, modos de sociabilidade e dinâmicas culturais específicas da modernidade, como apontava

Simmel (2005) ao analisar a experiência da vida metropolitana. Já o ambiente urbano remete à dimensão fenomenológica da experiência vivida, isto é, ao modo como o espaço é percebido, sentido e interpretado pelos sujeitos, em consonância com a tradição fenomenológica, sobretudo em Merleau-Ponty (1999), para quem a percepção é sempre situada e encarnada. Essa distinção pode ser enriquecida pela clássica tríade *urbs*, *civitas* e *polis*: *urbs* refere-se à materialidade construída; *civitas*, às relações sociais e jurídicas; e *polis*, ao espaço de aparecimento e ação política, tal como desenvolvido por Arendt (2001). Nesse sentido, o urbano não se confunde com a cidade, mas constitui uma de suas dimensões – conforme sugere Lefebvre ao diferenciar a cidade como forma e o urbano como processo –, sendo irredutível tanto à materialidade quanto à experiência individual, situando-se no entrelaçamento entre práticas, linguagem e formas de vida.

Considerando esse contexto, a estética deixa de ser restrita à contemplação do belo e passa a ser compreendida como uma disposição para perceber aspectos do mundo. A noção de *ver aspectos* sintetiza esse movimento: não se trata de descobrir algo novo, e sim de apreender o já dado sob uma nova perspectiva. Como observa Cavell (1997), tal operação é simultaneamente estética e ética, pois implica reconhecer a pluralidade de sentidos e abrir-se à alteridade. Wittgenstein explicita: "Ver um aspecto significa ver a organização de uma imagem" (1999, II, xi).

Este artigo parte da hipótese de que a noção de *ver aspectos* wittgensteiniana oferece uma chave fecunda para pensar a cidade como espaço estético. Assim como na experiência estética, a percepção urbana não se reduz ao que está objetivamente dado, mas depende do olhar capaz de reconhecer dimensões simbólicas, culturais e históricas. Uma mesma rua pode ser vista como mero trajeto funcional ou como palco de sociabilidades e memórias coletivas.

O objetivo dessa reflexão é articular a filosofia tardia de Wittgenstein à reflexão sobre o urbano, enquanto processo, mostrando como as formas de vida e os usos da linguagem permitem compreender a cidade como espaço de significação múltipla. E essa compreensão, presente em diferentes tradições teóricas, encontra em Wittgenstein uma formulação particular; ao inserir o filósofo no debate sobre estética e cidade, pretende-se evidenciar que o ordinário urbano, longe de ser trivial, revela dimensões extraordinárias da vida em comum.

1. A guinada filosófica de Wittgenstein

O vienense Ludwig Wittgenstein (1889-1951), um dos mais proeminentes filósofos do século XX, exerceu profundo impacto nas reflexões sobre linguagem e lógica de sua época, influência que permanece evidente nos estudos contemporâneos. Entretanto, o alcance temático do autor é ainda mais abrangente, e nele se

encontram reflexões sobre cultura, estética, arte, psicologia, religião, epistemologia, cognitivismo e até arquitetura. Vale lembrar que Wittgenstein era um filósofo-arquiteto (embora não tivesse formação em Arquitetura), que inclusive projetou, em coautoria com o arquiteto Paul Engelmann, discípulo de Adolf Loos (um dos pioneiros do modernismo arquitetônico), a Casa Stonborough-Wittgenstein, construída em Viena entre 1926 e 1928, para sua irmã Margarethe Stonborough-Wittgenstein. Esse trabalho meticuloso, buscando precisão, silêncio e rigor, incorporou as perspectivas reflexivas do filósofo, infundindo sua primeira filosofia no concreto. O projeto foi um manifesto arquitetônico de suas ideias sobre linguagem e limites do que se pode expressar, materializando as reflexões presentes em sua primeira obra, o *Tractatus Logico-Philosophicus* (1979), publicado em 1921.

Com austeridade ética e autocrítica raras, Wittgenstein reviu suas ideias defendidas previamente e deu uma guinada em seu pensamento, que adquiriu caráter antropológico, voltado para uma pragmática, sobretudo a partir dos anos 1930. No chamado *segundo* Wittgenstein, o que vemos é um filósofo voltado para as práticas da vida e o solo rugoso da práxis; um retorno para casa, distanciando-se da metafísica, conforme apontado nas *Investigações filosóficas* (1999). Nesse contexto, o filósofo valoriza a vivência e a experiência em detrimento de verdades absolutas e defende que a linguagem é uma prática cujo significado está no uso. Dessa maneira, contempla as diversas práticas linguísticas, que adquirem caráter antropológico nessa guinada de pensamento. Wittgenstein defende tais perspectivas sob a noção de jogos de linguagem, em que assume que a linguagem pode ser vista como um jogo. Ou seja, os jogos a que se refere são as múltiplas formas pelas quais a usamos, cada uma com regras e contextos próprios. Quando a utilizamos, por exemplo, para expressar sentimentos em relação a percepções estéticas, estamos jogando determinado jogo. É na relação da linguagem com os seus jogadores que o sentido se concretiza, ou seja, sempre em uma perspectiva relacional. Nessa premissa, o sentido não é mais fixo.

O reconhecimento de que o sentido não é fixo, mas relacional, marca uma das inflexões mais significativas do pensamento wittgensteiniano. A linguagem passa a ser concebida como prática enraizada nas formas de vida. Nesse deslocamento, a filosofia abandona a busca por fundamentos últimos ou por estruturas universais da significação, para voltar-se ao que se mostra no uso ordinário. Assim, Wittgenstein desloca a filosofia do plano abstrato e metafísico para o terreno concreto das práticas humanas, em que a linguagem se entrelaça com a vida. Nesse ponto, ele observa: “Nada é mais difícil do que não perder de vista o que está diante dos nossos olhos” (1999, §129). Essa frase reforça a ideia de que a filosofia deve se ater ao ordinário.

Esse gesto não apenas amplia o campo da filosofia, como também reconfigura a maneira de compreender fenômenos culturais, sociais e até mesmo urbanos. Pois, se a linguagem é inseparável das formas de vida, torna-se necessário observar como diferentes contextos culturais e históricos dão origem a jogos de linguagem específicos. É nesse ponto que o pensamento de Wittgenstein oferece uma chave de leitura fecunda para refletir sobre cultura e estética, na medida em que ambos os domínios podem ser entendidos como práticas enraizadas em usos, convenções e modos de significação que não possuem essência fixa, mas que se transformam com base nas interações humanas.

Aquilo que antes poderia parecer irrelevante para a reflexão – o gesto banal, a palavra comum, a prática aparentemente trivial – passa a constituir o núcleo da investigação. A filosofia desloca seu foco para aquilo que se mostra nas práticas, reconhecendo nele a fonte primeira da significação. Esse movimento abre caminho para um diálogo com o campo estético, já que, sob a perspectiva wittgensteiniana, a experiência estética não é algo apartado da vida, mas se encontra entranhada em seus usos e práticas.

Assim, Wittgenstein nos ensina que compreender o significado de uma obra de arte, de uma prática cultural ou de um fenômeno social é, antes de tudo, compreender o jogo de linguagem em que se insere. A estética, nesse horizonte, deixa de ser apenas uma teoria sobre o belo ou sobre o gosto e se torna uma investigação sobre formas de vida, sobre o modo como a linguagem estrutura e condiciona nossas percepções. A cultura, por sua vez, aparece como um campo de usos compartilhados, em que valores, narrativas e símbolos são tecidos coletivamente.

Essa abertura à cultura e ao cotidiano prepara o terreno para leituras que destacam a dimensão estética do pensamento wittgensteiniano. Diferentes comentadores têm sublinhado como, em suas anotações e reflexões, o filósofo atribui ao ordinário um caráter estético, convidando-nos a perceber o extraordinário no gesto comum. Tal perspectiva estabelece uma ponte entre filosofia, cultura e estética, na medida em que o ato de "ver aspectos" – conceito que será aprofundado adiante – não é apenas um exercício perceptivo; é também uma disposição ética e estética diante da vida.

É nesse horizonte que se inscrevem interpretações como a de Stanley Cavell (1997), que lê Wittgenstein como um filósofo da cultura, justamente pela ênfase em ressignificar a linguagem em sua dimensão cotidiana.

2. Ver aspectos: uma atividade da práxis

A reflexão sobre a cidade, enquanto espaço estético, ético e simbólico, exige um diálogo que ultrapassa a análise arquitetônica ou urbanística e se volta para as

formas de significação que emergem da vida em comum. A urbe, mais do que um território físico, constitui-se como lugar de práticas, narrativas e linguagens que configuram a experiência humana. Pensar a cidade é, portanto, pensar também o modo como sujeitos se relacionam entre si e com o espaço por meio de diferentes jogos de linguagem. Essa perspectiva desloca a análise do plano estritamente material para um horizonte em que a dimensão cultural, estética e filosófica se torna central. No tocante a isso, a filosofia de Ludwig Wittgenstein oferece ferramentas conceituais particularmente fecundas para compreender a pluralidade de sentidos que atravessam o fenômeno urbano.

A obra wittgensteiniana, em especial em sua fase tardia, caracteriza-se por um esforço de compreender a linguagem não como um sistema fechado de representação do mundo, mas como prática situada, dependente das formas de vida que a sustentam. Ao propor que "o significado de uma palavra é o seu uso na linguagem" (1999, §43), Wittgenstein desloca a discussão filosófica para o campo do ordinário, das interações cotidianas que conferem sentido às palavras e às ações. Essa mudança de foco é relevante para o pensamento sobre a cidade, uma vez que o espaço urbano é, antes de tudo, tecido de usos, convenções e interações que estruturam modos de habitar.

Compreender a cidade a partir de Wittgenstein significa, portanto, assumir que seus significados não são dados de antemão, nem são redutíveis a descrições normativas ou a conceitos abstratos universais. Eles emergem das práticas concretas dos sujeitos que nela vivem, interagem e transformam seus espaços. Tal como ocorre na linguagem, a cidade é atravessada por múltiplos jogos que se sobrepõem e se entrelaçam: práticas culturais, expressões artísticas, gestos cotidianos, rituais coletivos e relações políticas. A cidade é, dessa maneira, uma gramática em movimento, na qual se inscrevem e se reinventam modos de vida.

Essa perspectiva contrasta com leituras essencialistas ou puramente instrumentais da urbe. Em vez de pensar a cidade apenas como objeto de planejamento técnico, como infraestrutura ou máquina funcional, a filosofia wittgensteiniana permite tomá-la como espaço de significações plurais, em que os sentidos não são fixos, mas contingentes, dependentes das formas de vida que os sustentam. Nesse horizonte, a estética não se apresenta como adorno ou complemento, e sim como dimensão constitutiva da vida urbana, inseparável da experiência cotidiana.

A relação entre estética e cidade tem sido tematizada em diferentes campos, da filosofia à arquitetura, da sociologia à arte urbana. Walter Benjamin, por exemplo, ao analisar as passagens de Paris e a figura do *flâneur*, destacou como a experiência estética se enraíza na percepção do espaço coletivo, atravessado pela mercadoria, pela memória e pelo imaginário moderno. Georg Simmel, em seu ensaio

"A metrópole e a vida mental" (2005), já havia identificado na vida urbana uma intensidade sensorial e simbólica que molda formas de subjetividade. Esses autores, ainda que em registros distintos, convergem ao enfatizar a dimensão estética da cidade como inseparável de sua materialidade e de suas práticas sociais.

Wittgenstein, embora não tenha desenvolvido uma filosofia explícita da cidade, oferece uma chave interpretativa singular para pensá-la. Sua atenção ao cotidiano, à linguagem ordinária e às formas de vida permite articular tal espacialidade como campo de significações compartilhadas, nas quais o estético e o ético se entrelaçam. Em vez de buscar fundamentos transcendentais ou leis universais, sua filosofia sugere olhar para aquilo que acontece diante de nós, para os gestos aparentemente banais, mas que revelam modos de organizar e dar sentido à vida comum.

Essa proposta implica também uma crítica às pretensões totalizantes da filosofia tradicional, que buscava na essência ou na abstração a garantia de sentido. Wittgenstein, ao contrário, convida a retornar ao chão da vida, ao ordinário, ao já dado, mostrando que é nesse nível que a linguagem opera e que os significados se constituem.

Se aplicarmos esse gesto à análise da cidade, compreenderemos como ela se configura não apenas como estrutura física, mas igualmente como espaço de significações plurais, onde a vida comum se realiza em sua complexidade estética. Nesse horizonte, recorda-se o aforismo do *Tractatus*: "O mundo do feliz é diferente do mundo do infeliz" (1979, 6.43). Ou seja, o modo de ver a vida – e, por extensão, a cidade – depende da disposição subjetiva do observador. Como o próprio Wittgenstein afirma em seus diários: "A visão correta do mundo é acompanhada de assombro" (2002, p. 5).

Nesse ponto, a noção de "formas de vida" adquire especial relevância. A cidade é precisamente o lugar onde diferentes formas de vida coexistem, interagem e, muitas vezes, entram em conflito. Cada bairro, cada espacialidade carrega modos próprios de organizar práticas, de atribuir sentidos, de tecer narrativas coletivas. Ao reconhecer essa pluralidade, torna-se possível compreender a cidade não como totalidade homogênea, mas como rede heterogênea de experiências, na qual a linguagem desempenha papel estruturante.

Além disso, a filosofia tardia de Wittgenstein abre caminho para pensar a dimensão estética da cidade não como categoria restrita ao campo da arte, e sim como experiência perceptiva ligada ao modo de ver. A estética, nesse sentido, não se reduz à apreciação do belo; ela envolve uma disposição para perceber aspectos da realidade que poderiam passar despercebidos. É nessa abertura perceptiva que se encontra a possibilidade de reconhecer o extraordinário no ordinário, o simbólico no cotidiano.

A atenção de Wittgenstein ao gesto simples, à cena comum, ao uso banal da linguagem, permite uma revalorização do cotidiano enquanto espaço estético. Se transposta para as questões abordadas nessa pesquisa, essa postura sugere que a cidade pode ser vista não apenas como cenário funcional de deslocamentos e atividades, mas como espaço carregado de sentidos estéticos que emergem da vida comum. Assim, o olhar filosófico se aproxima do olhar estético: ambos exigem disposição para ver o mundo sob aspectos distintos, revelando dimensões que não se reduzem a descrições utilitárias ou normativas.

É justamente nesse entrelaçamento entre linguagem, estética e vida cotidiana que se encontra o vínculo entre Wittgenstein e a reflexão sobre a cidade. Sua filosofia oferece, no lugar de uma teoria urbanística, um modo de olhar: um convite a perceber a pluralidade de jogos de linguagem que estruturam a cidade e a reconhecer que o sentido não está em abstrações, mas naquilo que se mostra no uso, na prática, no cotidiano.

O vínculo entre estética e cultura é destacado por Cavell (1997), que lê Wittgenstein como um filósofo da cultura justamente pela ênfase em ressignificar a linguagem em sua dimensão cotidiana. Esse movimento, típico da filosofia tardia do autor, expressa-se na tentativa de "trazer a linguagem de volta para casa" (1999, passagens 121-122). Nesse horizonte, Wittgenstein insiste que a linguagem ordinária, própria da vida comum, deve ser tomada como a que verdadeiramente importa, e não descartada.

A valorização do cotidiano atravessa diferentes registros de sua obra. Em uma anotação de 1930 presente em *Cultura e Valor*, ele escreve: "nada há de mais extraordinário do que ver um homem, que pensa não estar a ser observado, a levar a cabo uma atividade vulgar e muito simples" (2002, p. 17). E acrescenta que, nesse gesto banal, haveria algo mais admirável do que qualquer cena teatral: trata-se da própria vida em sua imediaticidade. A lição é clara: sob a perspectiva adequada, o ordinário revela um caráter estético. Essa postura remete novamente ao *Tractatus*, quando Wittgenstein assinala que "o mundo do feliz é diferente do mundo do infeliz" (1979, 6.43). Ver a vida sob esse prisma significa descobrir o seu aspecto "inquietante e maravilhoso", tal como sugerido em seus diários, nos quais chega a afirmar que o mundo pode ser contemplado como uma "obra de arte feita por Deus" (Gebauer, 2013, p. 31).

Na filosofia tardia, esse deslocamento perceptivo ganha expressão no conceito de "ver aspectos". Não se trata de identificar algo novo no objeto; o que se faz é apreender o já dado a partir de uma nova gramática. Ver aspectos é, assim, um exercício perceptivo e conceitual que implica a abertura a múltiplas interpretações, sempre condicionadas pelos jogos de linguagem e pelas formas de vida nas

quais o sujeito se encontra inserido. Como escreve Wittgenstein: “Chamo de ‘ver como’ esta experiência. Assim alguém pode ver um rosto em um desenho, depois vê-lo como um cubo” (1999, II, xi). Cavell (1997) observa que tal operação é ética, além de estética: exige disponibilidade para ser afetado, para abandonar a rigidez da linguagem e para reconhecer a pluralidade como condição de sentido.

Sob esse prisma, “ver aspectos” constitui também uma chave para pensar a cidade enquanto espaço de convivência simbólica. Ao reconhecer o caráter plural das formas de vida urbanas, torna-se possível compreender a abertura ao outro e à diferença não apenas como valor desejável, mas também como dimensão constitutiva da experiência coletiva. Desse modo, Wittgenstein atribui ao olhar sobre o mundo – e, por extensão, sobre a vida em comum – um estatuto estético, no qual a contemplação se torna possível apenas como resultado da disposição subjetiva de assumir essa perspectiva.

A noção wittgensteiniana de “ver aspectos” permite pensar a cidade como um espaço em que múltiplas camadas de sentido se entrecruzam, revelando-se ou ocultando-se conforme a perspectiva do sujeito. Tal como na contemplação estética, a percepção da cidade não se reduz ao que está objetivamente dado, mas depende do olhar capaz de reconhecer seus diferentes jogos de linguagem e formas de vida. Uma rua movimentada pode ser vista, por exemplo, como simples fluxo funcional de automóveis e pedestres; sob outro aspecto, pode revelar-se como palco de sociabilidades, memórias coletivas e práticas culturais. Essa multiplicidade de leituras faz da cidade um espaço estético por excelência, no qual o ordinário – o gesto cotidiano, o encontro fortuito, o ruído constante – adquire densidade simbólica. Reconhecer a cidade como “obra de arte” implica, nesse sentido, uma disposição semelhante à indicada por Wittgenstein: não buscar essências fixas ou padrões normativos de beleza, mas abrir-se ao caráter plural, arbitrário e culturalmente situado das formas de vida. Assim, o olhar estético sobre a cidade não apenas amplia a compreensão da experiência citadina, como também assume uma dimensão ética, pois envolve reconhecer a alteridade, a diferença e o compartilhamento simbólico como constitutivos da vida em comum.

A cidade, vista à luz da filosofia tardia de Wittgenstein, torna-se um espaço de significação múltipla, onde os jogos de linguagem estruturam tanto práticas cotidianas quanto experiências estéticas. Cada bairro, rua ou praça não é apenas um conjunto de elementos físicos: eles se configuram em um tecido de interações sociais, culturais e simbólicas, em que os significados emergem do uso compartilhado da linguagem e das convenções culturais. Ao contemplar a cidade com atenção ao “modo correto”, torna-se possível perceber dimensões que escapam a uma leitura meramente funcional ou instrumental: o gesto de cumprimentar um vizinho, a

circulação de histórias locais, os rituais coletivos e até as marcas históricas inscritas na arquitetura passam a constituir o aspecto estético da cidade. Tal percepção transforma o ordinário em extraordinário, revelando que a experiência urbana é inseparável da cultura e da história em que o sujeito está imerso. Nesse sentido, a estética urbana não é só uma questão de sensibilidade individual: é igualmente um convite à participação ética, ao reconhecimento da pluralidade de perspectivas e à valorização das múltiplas formas de vida que coexistem no espaço comum.

Essa abordagem wittgensteiniana permite perceber a cidade como um organismo temporal, em que passado, presente e futuro coexistem nas práticas cotidianas e nas formas de vida. A memória coletiva, inscrita nos edifícios, nas ruas e nos hábitos sociais, atua como um repertório de significados que condiciona a experiência estética do sujeito urbano. Ao mesmo tempo, a cidade é espaço de inovação e transformação: novas formas de expressão cultural, intervenções artísticas e mudanças sociais reconfiguram continuamente os jogos de linguagem que estruturam a vida urbana. Assim, contemplar a cidade como obra de arte exige sensibilidade para reconhecer tanto a continuidade da tradição quanto a emergência de novas possibilidades de sentido. A percepção estética, nesse contexto, torna-se também uma prática ética e política, pois implica atenção às diferenças, respeito às experiências alheias e abertura à multiplicidade de modos de habitar o espaço coletivo. Em diálogo com uma tradição mais ampla – presente na antropologia, na sociologia e na teoria urbana –, Wittgenstein contribui para evidenciar o papel do cotidiano e revela que compreender a cidade é, simultaneamente, experienciar cultura, história e diversidade, reconhecendo que o ordinário esconde sempre dimensões extraordinárias.

Nesse horizonte, o perspectivismo estético delineado a partir de Wittgenstein permite também estabelecer uma crítica às abordagens tecnocráticas do urbano. Estas, ao privilegiarem modelos abstratos, funcionais e universalizantes de planejamento, tendem a reduzir a cidade à sua dimensão instrumental, concebendo-a como objeto de organização racional e controle. Em contraste, a noção de "ver aspectos" introduz uma inflexão decisiva: ela desloca o olhar do plano da normatividade para o da experiência, reconhecendo que os sentidos da cidade não são dados *a priori*, mas emergem das práticas, dos usos e das formas de vida que a constituem.

Sob essa perspectiva, a cidade deixa de ser compreendida apenas como estrutura – seja enquanto *urbs*, seja enquanto sistema técnico – e passa a ser apreendida como campo de vivência, interpretação e disputa simbólica. O urbano, entendido como dimensão prática e experiencial dessa totalidade, revela-se, então, como um espaço atravessado por múltiplas racionalidades, irredutíveis a um único modelo de ordenação. Assim, o perspectivismo estético não se limita a ampliar o

repertório interpretativo sobre a cidade, mas opera como alternativa crítica às leituras tecnocráticas, ao afirmar a pluralidade de modos de ver, habitar e significar o espaço comum.

3. Disposicionalismo e experiência estética

Na filosofia tardia de Wittgenstein, a contemplação estética depende de uma disposição ativa do sujeito, que se engaja com a obra de arte e com os objetos do mundo em geral. Essa disposição não é mecânica nem automatizada; requer esforço, interesse e participação do indivíduo na experiência, configurando uma condição prática para compreender o sentido de uma obra ou de qualquer fenômeno cultural. As impressões provocadas por uma obra não são causadas de forma determinista; ao contrário, emergem da interação entre o sujeito e o contexto cultural, revelando que o prazer estético decorre da compreensão de determinados aspectos e não de uma relação causal simplista (Crespo, 2011; Schroeder, 2017; Glock, 1998). Wittgenstein se opõe, assim, às teorias hedonistas ou psicológico-mecanicistas que tratam o objeto artístico como instrumento para gerar prazer ou desprazer e reforça que a experiência estética é um acontecimento – um enigma que só se manifesta quando o sujeito se envolve com a obra, reconhecendo e interpretando suas complexidades (Dorfles, 1967; Chauviré, 1989).

Essa dimensão fenomenológica, que Wittgenstein aborda com cautela, ressalta o caráter imediato e situacional da compreensão estética, sempre mediada pelo contexto cultural e pelas regras de uso da linguagem. O filósofo exemplifica tal dinâmica com analogias cotidianas, como experimentar um calçado novo ou identificar padrões musicais, enfatizando que o reconhecimento – o "clique" interpretativo – surge da familiaridade com a prática, da atenção ao contexto e da sensibilidade para a forma correta de ver, ouvir ou interagir (Gebauer, 2013; Salles, 2006). A apreciação, portanto, não é universal nem fixa; depende da cultura, da história e do modo de vida do sujeito, e se manifesta de maneira plural, arbitrária e profundamente situada. Como Wittgenstein aponta: "Para descrever aquilo em que consiste a apreciação teríamos de descrever completamente o seu enquadramento" (1999, passagem 20), evidenciando a intrínseca relação entre estética, linguagem e cultura.

Quando transportamos essa perspectiva para a experiência urbana, a cidade se revela como um vasto campo de significação estética e cultural. Cada espaço urbano – ruas, praças, edifícios – não é apenas funcional: carrega camadas históricas, sociais e simbólicas que só podem ser percebidas mediante atenção, disposição e familiaridade com os contextos culturais específicos. Assim como na contemplação de uma obra de arte, perceber a cidade implica engajar-se nos jogos de linguagem

que estruturam suas práticas, reconhecer tradições, convenções e hábitos, além de identificar padrões e nuances que se manifestam no cotidiano. O enigma e a perplexidade que caracterizam a experiência estética wittgensteiniana emergem na cidade através do ordinário: o gesto de um transeunte, um ritual coletivo, a arquitetura e a circulação de histórias locais. Reconhecer a cidade sob esse prisma é, portanto, compreender que o prazer e a significação não derivam de causalidades externas, mas da interação entre sujeito, cultura e contexto, estabelecendo uma estética prática do cotidiano e da vida compartilhada.

O estranhamento e o enigma, centrais na experiência estética wittgensteiniana, adquirem nova dimensão quando projetados sobre a cidade. Tal como diante de uma obra de arte, o sujeito urbano encontra elementos que desafiam expectativas e despertam admiração – a assimetria de uma praça histórica, o contraste entre arquitetura antiga e contemporânea, ou o encontro inesperado com práticas culturais diversas. Nessa perspectiva, "ver aspectos" significa deslocar o olhar habitual, perceber o ordinário como portador de significados múltiplos e reconhecer a pluralidade de interpretações possíveis. A cidade, portanto, torna-se um espaço estético em que a compreensão e o prazer derivam do engajamento ativo com seus fluxos e interações, e não de impressões mecânicas ou previsíveis. Além disso, essa abordagem pressupõe uma dimensão ética: ao perceber e valorizar a diversidade cultural, os sujeitos urbanos desenvolvem sensibilidade para a alteridade, aprendem a reconhecer modos de vida distintos e entendem que a experiência compartilhada do espaço coletivo é inseparável da compreensão estética. Nesse sentido, a filosofia de Wittgenstein fornece um fundamento para pensar a cidade como obra aberta, cujo significado emerge da interação entre cultura, linguagem e disposição do observador.

Essa perspectiva permite compreender a cidade como um contínuo exercício de interpretação e experiência estética, em que cada sujeito se engaja nos jogos de linguagem que estruturam o cotidiano. O olhar atento e disposto – que Wittgenstein associa à apreciação correta da arte – torna visível o extraordinário no ordinário: a cadência das rotinas, os encontros inesperados, as práticas culturais e as memórias coletivas. Ao reconhecer a multiplicidade de significados presentes na cidade, o sujeito apreende sua dimensão estética e participa eticamente da vida coletiva, valorizando a diversidade, a diferença e os modos variados de habitar o espaço. Dessa forma, a cidade deixa de ser mero cenário ou conjunto de objetos e se transforma em uma obra em constante transformação, cuja compreensão exige atenção, sensibilidade e engajamento, ecoando a ideia de Wittgenstein de que o significado emerge da interação entre sujeito, cultura e contexto. A experiência urbana, assim, é inseparável da prática estética: olhar, perceber e compreender a cidade é,

ao mesmo tempo, um ato de apreciação, interpretação e participação na vida em comum.

4. A pluralidade, de Arendt

Em *A condição humana* (2001), publicado em 1958, Hannah Arendt estabelece a pluralidade como uma das características fundamentais da existência humana. Para a autora, "os homens, e não o Homem, vivem sobre a Terra e habitam o mundo" (Arendt, 2001, p. 9). Essa formulação demarca uma recusa ao universalismo abstrato, deslocando o foco para a diferença, para a diversidade de perspectivas e para a coabitação de múltiplos sujeitos no espaço comum. Cabe ainda distinguir dois conceitos frequentemente tomados como equivalentes: (i) pluralidade e (ii) alteridade. A pluralidade, em Arendt, refere-se à coexistência de múltiplos sujeitos singulares no espaço comum, sendo condição da ação política. Já a alteridade implica uma relação mais radical com o outro enquanto diferença qualitativa, não redutível à simples variação entre iguais. Nem toda pluralidade, portanto, se funda na alteridade, pois pode haver multiplicidade de sujeitos sem que haja efetivo reconhecimento da diferença. Essa distinção é fundamental para evitar que a diversidade urbana seja compreendida apenas como coexistência quantitativa, sem implicações éticas ou políticas mais profundas.

O que torna os homens iguais, observa Arendt, é o fato de que cada um é único – e é justamente na ação e na fala, diante dos outros, que essa unicidade se manifesta. O sujeito se atualiza como ser político apenas no aparecer perante os demais, em um espaço onde a singularidade se torna visível. Essa noção dialoga de modo frutífero com o conceito de *ver aspectos*, na medida em que tanto Wittgenstein como Arendt reconhecem a relevância do ponto de vista, do contexto e da práxis como constitutivos do sentido.

A pluralidade, portanto, torna-se chave hermenêutica para repensar a cidade. O espaço urbano, longe de ser mero cenário ou suporte técnico para a vida social, deve ser compreendido como *locus* do encontro entre diferenças, da emergência do inesperado e da manifestação das singularidades. Em vez de projetar uma cidade homogênea e racionalizada segundo a lógica tecnocrática – movimento que o próprio Wittgenstein, com sua crítica ao essencialismo, permite contestar –, a cidade se configura como espaço de coabitação estética e política, no qual a diferença não é ameaça, mas condição de existência coletiva.

Arendt, em diálogo com Heidegger, observa que é mediante a superação da obviedade e da imersão contemplativa que se torna possível acessar a verdade e libertar-se das ilusões mundanas. O perspectivismo wittgensteiniano ecoa essa premissa ao propor que o sentido nunca é fixo; ele emerge do modo como vemos,

interpretamos e reinscrevemos os aspectos do mundo. Assim, olhar a cidade sob múltiplas perspectivas é atribuir valor ao ordinário, reconhecendo nele uma dimensão estética e memorial que sustenta a experiência urbana.

Como lembra Arendt: "Até mesmo a experiência do mundo, que nos é dado material e sensorialmente, depende do nosso contato com os outros homens, do nosso *senso comum* que regula e controla todos os outros sentidos, sem o qual cada um de nós permaneceria enclausurado em sua própria particularidade de dados sensoriais, que, em si mesmos, são traiçoeiros e indignos de fé" (Arendt, 2012, p. 635, grifo da autora). Essa afirmação ressalta que a relação com o outro é condição de possibilidade para sair do isolamento e conquistar a liberdade. A subjetividade, nesse horizonte, só se constitui na presença e na interação.

A *polis* grega, recorda Arendt, não era uma estrutura física, mas a rede de relações entre cidadãos. A política, portanto, não se faz na solidão; ela requer a presença plural, em que corpos, vozes e gestos ganham visibilidade. A linguagem, enquanto prática situada e compartilhada, é o meio por excelência dessa convivência, pois dá forma tanto ao consenso quanto ao dissenso. É nesse espaço entre, onde os indivíduos aparecem uns diante dos outros, que se produz o mundo comum.

Outro conceito arendtiano fundamental para pensar a cidade é o de *natalidade*, que se refere à capacidade humana de iniciar algo novo. Cada nascimento introduz no mundo um ser único, dotado de singularidade irredutível, e é por meio da ação e do discurso que essa novidade se manifesta. No espaço urbano, a natalidade se materializa na possibilidade de ruptura com a repetição e com a normalização excessiva do cotidiano. Quando pensada dessa chave, a cidade é, além de lugar de permanência, palco da inovação e da emergência de novos modos de vida.

Além disso, a pluralidade em Arendt deve ser compreendida como resistência ao totalitarismo e às formas de uniformização social. O totalitarismo, em sua análise, busca destruir a pluralidade ao reduzir os homens a uma massa indistinta, negando-lhes a singularidade e a capacidade de aparecer. A cidade, ao contrário, enquanto espaço de encontros e de visibilidade, pode ser vista como antídoto contra essa lógica, preservando a multiplicidade de vozes e experiências. Nesse sentido, o urbano é político não apenas porque organiza a vida em comum, mas porque protege e expõe a diversidade.

Ao aproximar esse horizonte do pensamento de Wittgenstein, abre-se a possibilidade de pensar o urbano como espaço de múltiplas gramáticas de sentido. O "ver aspectos" não é somente uma operação cognitiva; trata-se de um gesto interpretativo que acolhe a diferença, reconhece a contingência e legitima a multiplicidade de interpretações possíveis. Aplicado ao contexto urbano, esse conceito sugere que a cidade não pode ser apreendida por uma única racionalidade técnica – ela deve ser experimentada como um mosaico de perspectivas, memórias e práticas.

Compreender a experiência do mundo – e, por extensão, a cidade – como passível de contemplação estética, tal como sugerido por Wittgenstein ao afirmar que o mundo pode ser visto sob o aspecto de uma obra de arte, não implica uma origem transcendente da cidade, mas reforça seu caráter de construção humana, simbólica e histórica. Conforme sugere Wittgenstein, isso pressupõe um exercício ativo de disposição, uma ética da escuta e da contemplação inseparável da política. A cidade emerge, assim, como palco de uma estética da diferença e de um embate simbólico que se dá nos grandes atos, mas também no cotidiano. É no ordinário, no atrito com o outro, na convivência múltipla que a cidade se mostra. O olhar estético, portanto, é gesto político, capaz de sustentar uma experiência urbana marcada pela pluralidade – fundamento inalienável de qualquer vida em comum.

Conclusão: estética, pluralidade e direito à cidade

A articulação entre Wittgenstein e Arendt possibilita uma concepção ampliada do urbano – como objeto de análise técnico-científica e como campo de experiência estética, moral e política. A cidade, nessa perspectiva, não se reduz à materialidade de seus espaços ou à racionalidade de seus planejamentos; ela se manifesta como obra coletiva, sempre inacabada, sustentada por práticas de linguagem, modos de percepção e formas de convivência. A linguagem comum, os jogos de linguagem, os modos corretos de ver e os sentidos culturais da apreciação estética compõem uma verdadeira ecologia do urbano, na qual a cidade é continuamente produzida e reinterpretada pelos sujeitos que a habitam.

Nesse horizonte, a noção de *ver aspectos* assume centralidade. Mais do que uma operação perceptiva, trata-se de um gesto ético-estético-político que desafia o embrutecimento tecnocrático e a homogeneização das formas de vida. Em um tempo em que a atenção é cada vez mais mediada e sequestrada por dispositivos eletrônicos, *ver aspectos* é resistir ao automatismo da percepção, abrindo-se à pluralidade de olhares e sentidos que fazem da cidade um espaço vivo. A cidade, portanto, só pode ser efetivamente habitada quando reconhecida como lugar de múltiplas possibilidades de ver, narrar e experimentar.

Ao se opor à redução da cidade a objeto de gestão técnica, o perspectivismo estético afirma a centralidade da experiência, da pluralidade e da interpretação como dimensões constitutivas da vida urbana.

Seguindo Arendt, compreendemos que o espaço público não é um dado natural ou estático – ele é uma construção sempre renovada, feita de presença, visibilidade e fala. O direito à cidade coincide, pois, com o direito à pluralidade: o direito de aparecer diante dos outros, de ser ouvido e de participar da tessitura simbólica que sustenta a vida em comum.

Já com Wittgenstein, reconhecemos que a percepção do mundo depende do modo como nos dispomos a vê-lo – e do quanto nos permitimos ser afetados por ele. Em outras palavras, a cidade só revela seu aspecto estético quando cultivamos uma postura de atenção, lembrando que "o significado de uma palavra é o seu uso na linguagem" (1999, §43) e que a experiência urbana, tal como a linguagem, é uma prática compartilhada.

Reforça-se, desse modo, a compreensão da cidade como construção eminentemente humana. Como sugere Lévi-Strauss (1996), a cidade constitui uma das expressões mais elaboradas da cultura, sendo inseparável das formas simbólicas e das estruturas sociais que a produzem.

Assim, ela se revela como um campo de aprendizagem estética e política, no qual o exercício de *ver aspectos* amplia horizontes de convivência e inaugura novos modos de habitar o comum. Entre Wittgenstein e Arendt, abre-se a possibilidade de pensar o urbano como espaço de sentido, onde o ordinário deixa de ser trivial e se transforma em condição de liberdade e criação compartilhada.

Referências

ARENDT, H. *A condição humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

ARENDT, H. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CAVELL, S. *Must We Mean What We Say?* Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

CHAUVIRÉ, C. *Ludwig Wittgenstein*. Paris: Les Belles Lettres, 1989.

CRESPO, N. *A estética em Wittgenstein*. Lisboa: Assírio e Alvim, 2011.

DORFLES, G. *La estética del mito*. Caracas: Editorial Tiempo Nuevo, 1967.

GEBAUER, G. *O pensamento antropológico de Wittgenstein*. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

GLOCK, H.-J. *Dicionário Wittgenstein*. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

LEFEBVRE, H. *A produção do espaço*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

LÉVI-STRAUSS, C. *Tristes trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SALLES, J. C. *O Retrato do vermelho e outros ensaios*. Salvador: Quarteto, 2006.

SCHROEDER, S. *Wittgenstein and aesthetics*. A companion to Wittgenstein. Hoboken: John Wiley & Sons, 2017.

SIMMEL, G. *A metrópole e a vida mental*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-Philosophicus*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações Filosóficas*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

WITTGENSTEIN, L. *Cultura e Valor*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

Daniel Pala Abeche

Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), com pós-doutorado em Gestão Urbana pela mesma instituição. Mestre em Comunicação e Semiótica. Professor da Escola de Belas Artes da PUCPR.

Email: daniel.abeche@pucpr.br

ORCID: 0000-0001-6442-2753

Informações sobre o uso de Inteligência Artificial

a) Busca, sistematização e organização final de referências: Não.
b) Organização de bancos de dados e respectiva elaboração de quadros, tabelas e gráficos: Não.
c) Revisão final do texto para aprimoramento de gramática e ortografia, para atender a norma culta: Não.

Dados Abertos

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

Submissão: 16 de outubro de 2025.

Aprovação: 5 de junho de 2026.

Editores: Maria do Livramento Miranda Clementino, Rodrigo José Firmino e Márcio Moraes Valença.

Como citar: ABECHE, D. P. Aspectos do ver, modos do habitar: filosofia e cidade em Wittgenstein. *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*. v. 28, E202635, 2026. DOI: http://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202635.

Artigo licenciado sob Licença Creative Commons CC BY 4.0.
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR